



Jornal Notícias

21-03-2012

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 110603

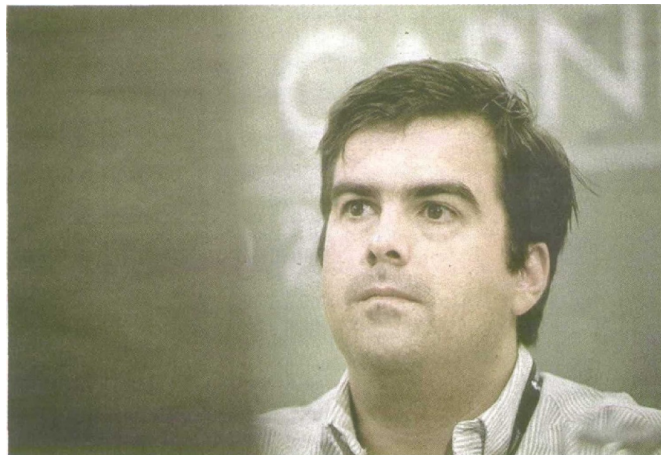
Temática: Política

Dimensão: 361

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/26

JSD quer tipificar crimes de gestão danosa para políticos P.26



Duarte Marques defende eleição direta de todos os órgãos nacionais, não só do líder

JSD quer políticos a pagar por crime de gestão danosa

Moção fixa máximos para as pensões e incompatibilidade com vida ativa

Carla Soares
carlas@jn.pt

A **JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA (JSD)** quer que os responsáveis políticos respondam criminalmente pela gestão danosa do erário público, considerando que a lei atual é insuficiente. Além disso, defende limites para as pensões e a sua incompatibilidade para trabalhadores no ativo. No plano interno, propõe eleições diretas para todos os órgãos e primárias para a escolha de candidatos.

“Não se trata só de punir os erros do passado, mas de impedir que voltem a acontecer”, lê-se na proposta temática, que admite a necessidade de “modificar a legislação atual por forma a permitir o rigor, a transparência e a objetividade da sua aplicação” no que toca à gestão danosa.

“Não é fácil aplicá-la aos políticos”, reconheceu, ao JN, Duarte Marques, líder da JSD e primeiro subscritor da moção, a propósito da criminalização de gestores públicos. “Precisamos de políticas definidas com base nos recursos

AS CAUSAS



Estudar impacto geracional

A moção defende estudos de impacto geracional para investimentos que onerem para além do mandato. Ou seja, para saber quanto vão custar aos jovens de hoje e durante quanto tempo. Estariam a cargo de entidades independentes ou com competência para tal, como o Tribunal de Contas.

Formação e livre militância

Propõe a obrigatoriedade de 5% do orçamento anual do PSD ser gasto em formação política e o princípio da livre militância, em que todos se possam inscrever onde querem, estabelecendo um período de três anos em que o militante não pode mudar de secção.

disponíveis e não no endividamento crónico baseado em pressupostos fictícios”, refere o texto sobre “sustentabilidade das futuras gerações”.

Os “jotas” contestam a acumulação de pensões normais com as vitalícias acima de determinados montantes, que não especificam. E, porque o país não tem condições para “sustentar algumas pensões milionárias”, propõem tetos máximos, receando que uma geração inteira não tenha sequer “acesso a reforma, com o colapso da Segurança Social.”

Além disso, querem que, a partir de determinado montante, os pensionistas que queiram continuar no ativo sejam “obrigados” a optar entre remuneração e pensão.

Outra proposta passa por determinar que hospitais, escolas, universidades, empresas de saneamento, água ou energia discriminem na fatura serviços e custos reais. O documento incluiria a parte suportada pelo Estado e pelo cidadão paga. E essa mesma informação seria inscrita no IRS.

Já a proposta de alteração estatutária prevê um congresso até 20 dias antes das diretas, através das quais seriam eleitos todos os outros órgãos nacionais. Para selecionar candidatos a deputados nacionais e europeus, defende primárias. ●